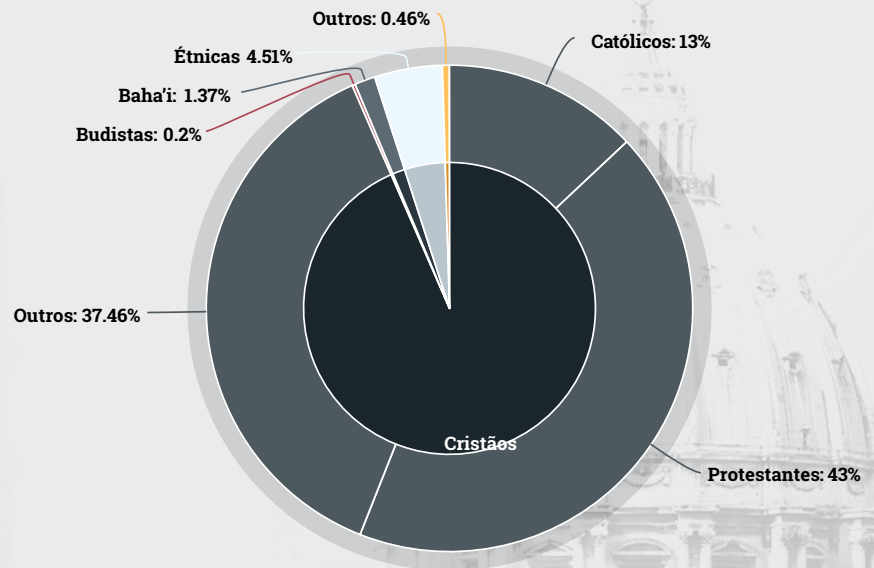
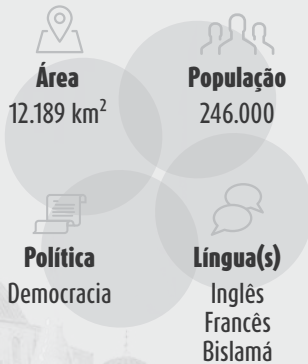


Vanuatu



A República de Vanuatu, no sul do oceano Pacífico, é um arquipélago de origem vulcânica. A nação insular foi primeiro habitada por povos da Melanésia até ser reivindicada pela Espanha em 1606. Em 1906, foi assinado um acordo entre a França e a Grã-Bretanha para gerir em conjunto as ilhas como as Novas Hébridas. Vanuatu alcançou a independência em 1980.

De uma população total estimada em 267 mil habitantes, aproximadamente 82% são cristãos: Presbiterianos, Católicos, Anglicanos e Adventistas do Sétimo Dia. Há um número comparativamente pequeno de Judeus e a restante população é constituída por outros grupos religiosos, que incluem Bahá'ís e Muçulmanos.

DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

A Constituição de Vanuatu prevê a liberdade da prática religiosa e a liberdade de crença. Embora os valores cristãos sejam mencionados no prefácio da Constituição, não existe religião do Estado. A lei requer que os grupos religiosos registrem a sua organização sob pena de serem multados. No entanto, o Governo não faz cumprir esta exigência. Não há relatos de medidas significativas que afetem a liberdade religiosa.

Formado por uma organização-mãe composta pelos três maiores grupos religiosos, o Conselho Cristão Nacional é apoiado pelo Governo. Os grupos religiosos minoritários foram excluídos e por isso não recebem apoio do Governo. O Governo também interage com as organizações religiosas através do Ministério do Interior e disponibiliza subvenções para escolas mantidas pela Igreja, pagando os salários dos professores nas escolas que existem desde a independência em 1980. À educação religiosa, por representantes das Igrejas do Conselho, é dado um tempo por semana para dar aulas usando o seu próprio material. O currículo escolar padrão requer que as escolas disponibilizem aos alunos dos 7 aos 12 anos uma hora de instrução religiosa por semana, mas os pais têm direito a retirar os seus filhos dessas aulas, se o desejarem. O Governo financia apenas as escolas cristãs, mas todas as religiões podem dar aulas de educação religiosa nas escolas mantidas por eles.

As comunidades tradicionais da Melanésia nas zonas mais rurais de Vanuatu funcionam através de um processo de tomada de decisão mais comunitário. Em conjunto, o chefe e a comunidade decidem se novas denominações ou igrejas independentes devem estabelecer-se. As alterações significativas requerem que se chegue a acordo na comunidade, depois de uma negociação pacífica. A representação religiosa nos acontecimentos nacionais é organizada pelo Conselho Cristão de Vanuatu.

INCIDENTES

Em Abril de 2013, o primeiro-ministro Moana Carcasses foi criticado depois de uma reportagem na Rádio Nova Zelândia Internacional ter afirmado que o seu Governo iria começar a pagar um dízimo anual de 10% ao Conselho Cristão de Vanuatu a partir do orçamento nacional, que poderia chegar aos 19 milhões de Euros.^[1] Contudo, depois de uma reação pública, o primeiro-ministro disse que sentia que era dever de um trabalhador pagar 10% de dízimo a Deus e que o Governo não tinha dinheiro para pagar o seu dízimo. O vice-presidente do Conselho Cristão de Vanuatu, o Bispo John Bosco, explicou então que o Governo iria trabalhar com o Conselho para encontrar formas de ajudar as Igrejas do país.^[2]

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

O relatório da Freedom House afirma que o Governo respeita em geral a liberdade religiosa neste país predominantemente cristão.

[1] <http://www.radionz.co.nz/international/pacific-news/211702/vanuatu-pm-promises-ten-percent-of-national-budget-annually-to-churches>

[2] <http://pidp.eastwestcenter.org/pireport/2013/April/04-26-04.htm> (acedido em Abril de 2016).